



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Rua Benjamin Constant , Nº 856, Primeiro e segundo piso - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69902-062
Telefone: - www.sema.ac.gov.br

Nº 27/2025/SEMA - CEMAF

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMAF

DATA: 11 de dezembro de 2025

HORÁRIO: 09h10min.

LOCAL: sala de reunião da SEMA

ID da reunião, 810 9415 1016, Senha de acesso: 135088

<https://us02web.zoom.us/j/81094151016?pwd=V7rOa8sbY9jgkXwladlgea7PoSIwTv.1>

Gravação disponível em:

<https://us02web.zoom.us/rec/share/9FTYDpCOB9PBECIbOuOTO0jgqjFWsxRDaVBsY-YgDL271O38wvl-njbeBIUBvSq.MPwKcBnFWJCKiCN7>

Senha: G#VNR!48

Pauta I: Processo nº 0820.010852.00003/2025-70. Apresentação da Prestação de contas do FEMAF exercício 2025 e do Plano Anual de Investimentos (PAI) para 2026.

Pauta II: Processo nº 0820.009796.00041/2025-00. Calendário de Reuniões do CEMAF, ano 2026, para apreciação e aprovação do Plenário (Proposta anexo).

1. Abertura da Reunião

Conselheiros (as) presentes: 1. SEMA/Presidente: Leonardo das Neves Carvalho; 2. IMAC/Suplente: Ivo Pércles dos Santos Sena; online; 3. SEAGRI/ Titular: Josicley de Souza Azevedo; 4. IMC/Suplente: Leonardo Ferreira Lima Filho; online; 5. ITERACRE/ Titular Cleyton Teles Contreiras Paiva; online; 6. SEICT/Titular: Joaquim Clécio Lopes da Silva; 7. IBAMA/ Suplente: Sebastião Santos da Silva; 8. EMBRAPA/ Suplente: Judson Ferreira Valentim; 9. UFAC/ Titular: Thiago Augusto da Cunha; online; 10. AMAC/ Titular: Flaviane Agustini Stedille, online; 11. FETACRE/ Suplente: Antônio Sergioni Freitas de Paiva; online; 12. FIEAC/ Suplente: João Paulo de Assis Pereira, online; 13. FAEAC/ Suplente: Camilo Mendes de Oliveira; 14. FECOMÉRCIO/ Titular: Elvando Albuquerque Ramalho; 15. S.O.S AMAZÔNIA/ Titular: Miguel Scarcello; online; 16. FUNAI/ Titular: Tarik Argenti, online.

Convidados: 1. Deisy Mara Martins da Cruz/Coordenadora do FEMAF; 2. IPHAN/Antônia Damasceno Barbosa; 3. IPHAN/Gabriel Felipe da Costa Mota Miranda.

Secretaria Executiva : Steina Ribeiro Cascais.

Assessoria Técnica do CEMAF: Mônica Alves Freire.

Assessoria de Comunicação /ASCOM/SEMA: Ana Thais.

Divisão de Tecnologia da Informação/DITEC: Layonsberg Souza da Silva Frota.

2. Apreciação da memória e ata das reuniões anteriores

Ata da 3ª Reunião do CEMAF, ocorrida no dia 15 de set.2025. Enviado no e-mail dia 22 de out. 2025.

3. Informes:

- Processo Seletivo do CEMAF: 1. **Associação dos Engenheiros Florestais do Estado do Acre – AEFEA**; 2. **Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre -AMAAIAC**. Será aberto um Novo Processo seletivo para 01 vaga de representante de entidades do setor produtivo da área de agricultura, indústria ou comércio, representativas dos trabalhadores. Referência Processo SEI 0820.009796.00046/2025-24.
- Breve relato sobre a COP 30.
- A Câmara Técnica de Meio Ambiente, em atividade com a pauta referente a REVISÃO DA RESOLUÇÃO CEMAF Nº 02/2022. Elaborou proposta de revisão da resolução que segue para apreciação em reunião Extraordinária, em caráter Excepcional, conforme Regimento Interno do CEMAF, art.26, *“Parágrafo único. Excepcionalmente, em caso de urgência, poderão ser convocadas reuniões com antecedência mínima de vinte e quatro horas”*.
- Criação do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Manejo Comunitário e Empresarial de Recursos Florestais Madeireiros e Não Madeireiros do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Florestas, em atividade com a pauta referente a revisão da Resolução Conjunta CEMACT/CFE Nº 04, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010, que Dispõe sobre a autorização para extração, coleta e transporte do cipó Banisteriopsis spp. e das folhas do arbusto Psychotria viridis por organizações religiosas no Estado do Acre. E com a Lei 4.645, de 11 de setembro de 2025, da Extração e Coleta de Espécies Vegetais para Fins Religiosos e da Proteção À Liberdade de Crença. Prorrogado o prazo de atividades do GT.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): bom dia a todos. Conferimos o quórum, então vamos abrir a 4ª Reunião Ordinária do CEMAF, para a gente seguir com os trabalhos, dentro da nossa programação, a gente tem aqui como o primeiro ato regimental com a aprovação da Ata da 3ª Reunião do CEMAF ocorrida no dia 15 de setembro de 2025, que foi enviado no e mail, no dia 22 de outubro de 2025. Se a gente tiver alguma manifestação pode fazer agora. Mas se não tiver a gente delibera pela aprovação da ata. Todos se mantendo em silêncio, consideramos então, aprovada a ata da 3ª Reunião Ordinária do CEMAF. Antes de começar as pautas, eu quero dar alguns informes que são importantes, primeiro, sobre Processo Seletivo para as vagas remanescentes do Conselho, Depois de muitas tentativas, nós tínhamos três vagas em aberto e abrimos editais, reiteramos e conseguimos preencher duas vagas. Foi selecionada ainda no finalzinho de novembro por meio de o sorteio a entrada de duas entidades: uma é a Associação dos Engenheiros florestais do Estado do Acre – AEFEA, e a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais indígenas do Acre - AMAAIAC, que preencheram as vagas referente a sociedade civil, e representantes dos povos indígenas e populações tradicionais. E ficou uma vaga em aberta ainda a gente vai republicar o edital para a vaga remanescente de um representante de entidade do setor produtivo n a: da área de agricultura indústria e ou comércio, representativas dos trabalhadores, então era importante que os conselheiros também pudessem divulgar e conversar, principalmente com os representantes da entidade do setor produtivo pelos trabalhadores, para que a gente possa estar completo no ano que vem, porque tem demandas onde a gente estava sempre falando aqui, de aumentar a composição do CEMAF, mas vamos primeiro preencher as vagas que tem para a gente poder ter uma discussão. Se a gente traz, abre, aumenta as vagas, enfim, porque tem algumas demandas que nós recebemos via ofício, ano passado, do ICMBio, IDAF, tem uma série de organizações que tem interesse e na sociedade civil também. Eu pedi também para fazer um breve relato sobre a Cop30, muita gente acompanhou. Vocês devem ter acompanhado e muitos dos conselheiros participaram, pelo estado nós tivemos uma comitiva do Estado do Acre pelo estado aqui nós tivemos uma comitiva do estado do Acre, pela SEMA eu participei de 14 painéis, foi apresentada sobre o RED do Estado do Acre, sobre restauração, sobre os projetos que a gente tem em parceria. ASL, enfim, foi muito proveitoso, muito corrido e teve um painel especial, que a gente coordenou, a Sema coordenou dois painéis dentro dessa iniciativa falar sobre os resultados do PPCDQ Acre - Plano de Prevenção e Combate do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre, então, a gente teve os resultados que saíram antes da copa, mais um ano de redução do desmatamento e das emissões. Fizemos uma apresentação muito interessante, mostrando que as metas cinco anos para redução, a gente conseguiu atingir no terceiro ano. Agora, o desafio ao continuar perseguindo as estratégias. Então outro painel foi sobre resiliência e adaptação, a Secretária Adjunta, Renata,

conduziu, então, eu julgo que foi uma das melhores participações do Estado nas últimas COP's de maior presença, de maior incidência, a gente participou de várias da atividade no final, a gente não estava mais dando conta de estar em tantos eventos. Nem consegui ir na estrutura da Embrapa, da Agrizone. A equipe do Estado sempre fez presente, o Edvan chegou na segunda semana, da Seagri e participou. Estou vendo aqui o Ivo Diretor do Imac, que também participou, o IMC teve atividade, inclusive hoje está tendo atividade de comemoração dos 15 (quinze) anos do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais, então, eu acho que a gente fez uma boa participação na Cop. Outro informe importante é que a Câmara Técnica de Meio Ambiente em atividade com a pauta referente a revisão da resolução CEMAF Nº 02/2022, elaborou a proposta de revisão da resolução que segue para a apreciação de reunião Extraordinária que vai ocorrer na sequência dessa, a gente agendou atendendo a pedido de diversos conselheiros que entendem que essa pauta, ela tem uma urgência, pois, temos uma situação com relação a Ação Civil Pública, com o Ministério Público e que envolve também a questão do Iphan e da Funai, era uma pauta que já estava durante um ano, sendo tratada dentro da Câmara e que é importante que esse ano a gente concluísse e deixasse de uma forma mais encaminhada, até porque no ano que vem, nós temos a entrada em vigor da Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025) e ainda, provavelmente, a gente tenha que se debruçar sobre algumas questões para rever. Então essa é uma pauta aqui, a gente coloca hoje, mas provavelmente a gente ainda vai ter algumas discussões no ano que vem, com relação a ela. E também como o último informe sobre a criação do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Manejo Comunitário Empresarial de Recursos Florestais, Madeireiros e Não Madeireiros, do Conselho, que esta tratando sobre a ayahuasca, que tem uma pauta frente a Resolução Conjunta CEMACT/CFE Nº 04, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010, que Dispõe sobre a autorização para extração, coleta e transporte do cipó Banisteriopsis spp. e das folhas do arbusto Psychotria viridis por organizações religiosas no Estado do Acre. E com a Lei 4.645, de 11 de setembro de 2025, que foi aprovado na Assembleia, da Extração e Coleta de Espécies Vegetais para Fins Religiosos e da Proteção À Liberdade de Crença. Prorrogado o prazo de atividades do GT. Então, esses são os informes iniciais, se algum conselheiro quer fazer algum comentário, caso contrário a gente pode passar para a ordem do dia, com a pauta conforme encaminhado para todos os conselheiros.

4. Apresentação da Pauta I: Processo nº 0820.010852.00003/2025-70. Apresentação da Prestação de Contas do Fundo Estadual de Meio Ambiente e Florestas - FEMAF, exercício 2025 e do Plano Anual de Investimentos (PAI) para 2026. (SEI nº 0018663600).

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): observação: os relatórios de Prestação de Contas e PAI serão apresentados na referida reunião, uma vez que, essa Secretaria aguarda dados que serão emitidos pela Secretaria da Fazenda no início de dezembro, isso pode ser explicado pela nossa Coordenadora do Fundo que está aqui para fazer a apresentação.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): bom dia, Conselheiro e aos Conselheiros que estão online, para quem não me conhece, sou a Deisy, Coordenadora do FEMAF - Fundo Estadual de Meio Ambiente Florestas, aqui da SEMA. Então, sobre a prestação de contas, alguns conselheiros que já estão com a gente há mais tempo, a arrecadação é feita pelos códigos da receita. Elas são repassadas apenas pela SEFAZ. E todos os anos, a gente tinha um certo problema em receber em tempo hábil, porque só fecha no final de cada mês, então nós temos que esperar e após o dia cinco, eles repassam os valores arrecadados por fonte e receita, por isso, geralmente a gente faz essa reunião na primeira quinzena, por conta das férias, e de algumas ausências para evitar a frustração de não ter quórum, mas esse relatório, a gente repassa depois a Secretaria depois passa por e-mail, porque a gente já vai ter todos os dados conforme apresentado agora: a parte das normativas, a finalidade do FEMAF, financiar a execução das políticas públicas ambientais em consonância com a diretriz estabelecida pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta, porque algumas das nossas atividades e de acordo com regimento nós precisamos da anuência deste Conselho. Temos alguns instrumentos reguladores, as resoluções, as leis estaduais que criaram o Fundo de Meio Ambiente, as leis regulamentadoras (Lei Estadual nº 1.426/2001, Lei Estadual nº 3.595/2019, Lei Complementar nº 387/2021), tem também a resolução do FEMAF (Resolução CEMAF nº 04/2021), que regulamenta o Regimento Interno do Fundo. Aqui, eu vou dar uma breve explicação da execução financeira, esse ano de 2025, nós tivemos bastante movimentação, no Fundo, e algumas com autorização tanto do Conselho e com a sinalização positiva da PGE (Procuradoria Geral do Estado) para o uso de recursos, de alguns dos recursos que já não existia mais a fonte de arrecadação devido mudança de regramento, que, no caso, foi a desoneração do passivo e a reposição. Isso já foi aprovado, o uso do recurso em outras assembleias. Então o valor com receitas e despesas desse ano de 2025, nós temos hoje em conta até o dia que a SEFAZ me repassou, no caso foi anteontem, R\$ 262.488,24 (duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos). Houve ainda uma arrecadação que ela não está constando nessa prestação de conta, a arrecadação via DAE, foram feitos

dois desembolsos. É um contrato que foi feito entre a Secretaria de Meio Ambiente, com a Transmissora de Energia, o valor total vai ser de R\$ 562.690,70 (quinhentos e sessenta e dois mil, seiscentos e noventa reais e setenta centavos), dividido em quatro, desembolso, já foram depositados dois valores, dos dois desembolsos que no nosso relatório de prestação de contas, entretanto, não vai aparecer nessa prestação, porque ele ainda não foi liberado financeiramente pela SEFAZ, consta lá, com o financeiro explicou, mas ainda não foi liberado financeiramente para nós SEMA e ao todo esse ano, antes de eu falar despesas, o Secretário vai explicar para os conselheiros do que se trata a entrada desse recurso nessa conta do FEMAF. No caso, a gente usou o código 94 (noventa e quatro), porque é um código da reposição florestal, porque demanda uma certa burocracia dentro da Sefaz e outros órgão de controle para poder fazer um novo código receita, porque, de acordo, quando acabasse o recurso da reposição florestal, esse código deveria ser extinto, só que, como a gente, ainda tem resquícios dele e para não ter essa demora de as vezes 02 (dois) 03 (três) meses, nós reutilizamos esse código para esses quatro desembolsos desse contrato, mas o outro é um recurso que está separado. O Secretário vai explicar agora a origem do recurso.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): esse projeto foi logo que a gente chegou. Tinha uma discussão em relação a uma obrigação colocada para a Transmissora Acre que tem uma empresa que acho que é a Zopone Engenharia que faz a execução, que é a questão do linhão até Cruzeiro do Sul, e eles tinham uma obrigação de fazer acho que oitenta e oito hectares de reposição.

Sebastião Santos da Silva (IBAMA): é reposição do tipo compensatório.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): é uma compensação ambiental. **Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF):** isso, e dentro dessas discussões, a gente indicou algumas áreas para fazer através dessa restauração, através de Sistema Florestal. Então a Sema inclusive, já até iniciou esse processo em 66 (sessenta e seis) hectares, na Floresta Estadual do Antimary, porque atendia também uma demanda nossa com Antimary que tem sido muito alvo de desmatamento, enfim, é uma área que precisava. E essa composição desse acordo, desse termo foi o que? A Sema através do viveiro ia produzir as mudas, em torno de 110 (cento e dez) mil mudas e nós teríamos essa contrapartida da transmissora fazendo o pagamento. Ele fez um cálculo de quando custariam, em média, essas mudas e a transmissora faria o depósito no Fundo, para que a gente continuasse a fazer as mudas e também dar o suporte que a gente já estava fazendo para o viveiro. Foi uma parte desse recurso que a gente gastou, que foi desvinculado no ano passado. A gente já usou no viveiro, então seria uma forma de ter a manutenção do viveiro, também em contrapartida. Então a gente dividiu em quatro parcelas, eles já depositaram duas, a gente já começou a fazer as entregas, já selecionamos as áreas e já tivemos no Antimary, fizemos uma reunião, apresentamos, inclusive foi até interessante, porque quando chegamos no Antimary era muito alvo de desconfiança. O que vocês vão fazer aqui? A gente já teve umas experiências anos atrás, de tentativa de restauração e deixaram as mudas aqui e tal. Eu falei não é mais assim, o modelo de implantação das SAFs está mais compilado pela Sema e inclusive, fizemos um intercâmbio, caminhamos em conjunto, fomos de micro ônibus, levamos os produtores beneficiários do Antimary para visitar algumas SAFs que foram implantadas nas unidades demonstrativas, em Capixaba, que já estão produzindo e a gente conseguiu adesão para a implantação das SAFs. Então a gente já entregou quase a totalidade das mudas, porque o cronograma era nessas primeiras chuvas já fazer. E eu vou estar lá agora, no dia 19, no Antimary, a gente vai reestruturando o Conselho e a gente vai fazer uma visita também nessas áreas da implantação das SAFs. E dentro desse acordo, a Transmissora Acre vai fazer o acompanhamento técnico por um ano e meio com a manutenção. Enfim, para que a gente possa ter esse desenvolvimento dos Sistemas Agroflorestais do Antimary, mas não só no Antimary essas multas também estão atendendo a RESEX do Rio Liberdade e terras indígenas, inclusive eu acho que eles já concluíram, foram os primeiros que foram feitos. Então, assim a gente é um projeto muito interessante, porque o custo da implantação da SAF, a gente sabe, hoje, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) mil reais. Então a gente está trazendo restauração para o Antimary e dentro dessa parceria, a utilização do Fundo a gente entendeu que, para isso seria importante. Então a ideia em continuar com esse recurso, que estão entrando, a gente fomentar o viveiro, porque a gente atende. E esse ano foi muito interessante a demanda por mudas do viveiro. Fizemos um Termo de Cooperação com a Prefeitura Municipal, porque a Prefeitura produz só mudas espécies ornamentais, mas eles fizeram alguns trabalhos de restauração, de arborização urbana, e a gente fez uma cooperação também com o Tribunal de Justiça, a gente se comprometeu com eles a fazer uma doação de 5.000 (cinco mil) mudas nos próximos 03 (três) anos. Inclusive fez um plantio em frente ao Tribunal tem algumas áreas que eles querem fazer. E também a gente entregou muitas mudas para entidades não governamentais que solicitaram, todos os projetos de Educação Ambiental na Expoacre, entregamos mais de cinco mil mudas, no Juruá também, todos os programas das atividades que a gente tem feito na Sema, do Saúde na Floresta, a gente tem feito doação de mudas, lá no CEFERF foram três mil, então, assim fora que o viveiro também primordialmente tem fornecido mudas para o nosso programa de regularização ambiental já dentro do fluxo normal. Esse é o projeto que a gente está fazendo em parceria e acho que vai ficar esse saldo para o ano que vem, a gente continuar apoiando o viveiro por conta de insumos. Esse ano, fizemos até algumas outras melhorias lá, estavam tendo muito furto á noite, roubaram algumas linhas de produção e fizemos um investimento também de Câmeras, de contratação de um vigilante, 24 horas. Então, essas coisas são custos e a gente sabe que tem demanda, tem pedido de demanda da Seagri (Secretaria de Estado de Agricultura), a gente tem um fluxo muito grande, nós tivemos uma conversa com o Secretário Tchê e a Assessora Temyllis para tentar implantar. Tem uma demanda para essa parte que conversamos com a SEPLAN (Secretaria de

Estado de Planejamento), com possibilidade de financiamento por meio do Fundo Clima, essa é a perspectiva para a plantação de 12(doze) mil hectares de SAF e ampliação dos viveiros de forma regional. Mas isso é um recurso que ainda não está fechado, mas já tem uma conversa muito adiantada com o Bndes (Banco Nacional de Desenvolvimento), inclusive, a proposta foi apresentada pelo Coronel Ricardo, na Assembleia e foi aprovada para a captação desses recursos. Então essa pauta de restauração é uma pauta que a gente está tentando movimentar aqui. Isso foi só um start dessa iniciativa, que era uma obrigação da Transmissora Acre, a gente está apoiando, mas trazendo para o Antimary.

Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA): eu queria voltar a uma discussão que nós tivemos ano passado, quando a Sema, vocês falaram que já tinham feito 200 (duzentos) e poucos hectares de Sistemas Agroflorestais, recuperação de área ambiental. E naquela ocasião, a gente fez uma recomendação até a gente estava discutindo a aplicação do recurso do Fundo. Uma coisa importante. Essa é uma coisa que é muito pouco feita nas políticas públicas brasileiras, você faz um monte de coisa, mas não sabe o resultado, se tem efetividade, não avalia a efetividade. Então nós sugerimos, naquela época, que valeria a pena juntar com a Ufac, com a Embrapa, o Departamento de Economia, o pessoal da Embrapa, para fazer uma avaliação. Primeiro, se hoje, vamos supor que o Secretário quisesse fazer um programa de financiamento lá com o BIRD e quisesse calcular para fazer 1.000 (mil) SAF saques. Quanto é que custa isso? Em média, quais os SAFs que seriam mais recomendados? Então, o que acontece, hoje tem todo esse trabalho feito. Mas a gente não tem dado sobre quanto custa implantar por região? Você podia contratar uns bolsistas e tal, fazer um formulário direitinho e ir lá e levantar quanto é que custou implantar isso lá no Antimary, aqui e em outros lugares? Porque provavelmente, Cruzeiro do Sul custa muito mais caro, que no Antimary. Custa mais caro pois tem que transportar mudas e tal, quanto é que custou? Quanto é que está produzindo, no primeiro ano, no segundo ano, terceiro ano, no quarto ano? Para o banco isso é fundamental, e com o respaldo da Ufac com esses dados, nós podemos dizer para o banco, que para financiar café, o banco dá um prazo de carência de três anos. Chegamos para ele e falamos. Essa linha de crédito serve, mas o prazo de carência é três anos e está dando para ele começa a ter retorno positivo está dando dois, oito anos, precisa de aumentar, mexer na linha de crédito e qualquer coisinha o cara vai ficar inadimplente, é para produtor familiar que vai pegar uma área degradada para plantar mandioca e ter uma rendinha, enfim. Então, assim eu gostaria novamente de reiterar. Eu gostaria até eu acho que parte desse recurso podia ser destinado pela Sema, para a Sema, liderando com as outras instituições, para juntar essas informações, e inclusive apresentar, gerar um relatório para subsidiar os bancos. Porque os bancos estão querendo saber o seguinte. Sim, vamos supor que a gente vai financiar. Eu vou financiar. Quanto custa? Quanto é que produz? Qual o tempo de carência que eu preciso? E também para própria Seagri e Seplan fazer os projetos deles, pela referência.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): é importantíssimo Conselheiro Judson o que você está colocando. Inclusive, eu vi uma apresentação em Belém, do ITV (Instituto Tecnológico Vale), a gente estava lá com os eventos e uma pesquisadora. Eles têm umas publicações interessantes lá, justamente essa questão econômica.

Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA): aqui tem também, eles não sabem do sistema conservacionista, do café, estão tudo publicado, onde a gente consegue os dados, a gente trabalha, os dados publicam e dialogam com os bancos. O que o importante é dialogar com os bancos para dizer: Olha, quando a Embrapa ou a Ufac publicam e diz que pode financiar, ela está dando respaldo ao banco para poder fazer aquilo ali.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): bom, muito bom.

Sebastião Santos da Silva (IBAMA): além de ser uma gestão econômica, a grande maioria das pessoas que optam por fazer SAF, ela não está avisando o retorno econômico, não é uma atividade produtiva qualquer, ela está visando, a recomposição de passivos, pelo programa de restauração. Então além dessa avaliação econômica, fazer uma avaliação da efetividade desses plantios quanto restauração ambiental, do Zoneamento Ecológico, saber se estão cumprindo essa função ou não. Pois, tem algum que a gente sabe que a pessoa planta e achou que cumpriu a obrigação de reparação e larga, e não tem sucesso nenhum. Então fazer uma avaliação do estagio de como estão hoje, e até recomendar que a gente pudesse, até para avaliar com propriedade, que a gente pudesse conhecer e visitar alguns desses projetos.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): a gente pode fazer um momento de visita em campo, inclusive quem tem atuado, com a UFAC (Universidade Federal do Acre), professor da Engenharia Florestal tem algumas iniciativas de acompanhamento, desse monitoramento. A gente só talvez, não estruturou isso, mas a gente pode fazer. Promover pelo CEMAF, fazer uma visita, até porque tem várias perspectivas, acho que a Seagri também tem pelo Fundo Amazônia tem um recurso para isso.

Judson Ferreira Valentim (EMBRAPA): mas eu acho que o que ele está propondo, e eu estou propondo é uma coisa mais estruturada de fazer uma avaliação, ele está falando da parte da efetividade ambiental, da efetividade social, ou seja, aquela pessoa está melhorou de vida com aquilo ali também, e do custo e retorno econômico. E fazer isso de uma forma que você produz um relatório ou um documento para a gente gerar informação, porque senão,

isso muda, o Secretário muda, o governo e ninguém tem informação de nada sobre isso. Eu acho que é um prejuízo para a sociedade. Porque entra um outro, aí começa tudo de novo, tudo é perdido.

Camilo Mendes (FAEA): e é uma iniciativa tão positiva essa do SAF, acho que a sociedade deseja, o produto, tudo mundo aqui deseja que o SAF cresça a implantação no Estado, fiquei feliz quando a SEMA começou com isso, divulgar mais os SAFs na mídia, porque quanto mais pessoas tomarem conhecimento dos SAFs e começarem a implantar principalmente aquele pequeno produtor mais vulnerável que tem acesso pouca informação. A divulgação é muito importante quando o Judson cita de informações financeiros, e ambientais no médio e longo prazo, são dados importantíssimos, para subsidiar quem vai financiar, o produtor que vai adotar um SAF. O SAF é positivo demais para a sociedade

Josicley de Souza Azevedo (SEAGRI): Secretário pegando um gancho. Isso aí a gente também tem tido dificuldade com relação a argumentação da utilização dos SAFs em certas propriedades, porque ele tem mais o cunho ambiental, do que o econômico hoje a pequena propriedade, quando vem para o lado da recomposição; não eu estou tirando minha área de pastagem. Eu tenho que recompor. Mas o que é esse SAF? O que essa mata vai me dar, já que a que eu tinha não está me dando nada e a gente tem mais um elemento, elementos, uma âncora, mesmo de culturas, não digo da moda, mas assim obedecendo o zoneamento, por exemplo, a região de Acrelândia está lá o modal de café, no Juruá, o modal usando a mandioca e tal. Então, assim, trazendo isso para o lado. Diz não, você tem o lado da recomposição florestal, resolve o teu problema ambiental, mas também está tirando dinheiro ali, daquela pequena área que está recompondo, está tirando receita praticamente do triplo da área de pastagem que a gente sabe.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): a gente tem alguns relatos, antes de ir para a Cop30, no ano passado, durante a reunião do GCF (Força-Tarefa de Governadores para o Clima e Florestas), que visitou as unidades demonstrativas e tem SAFs implantados com recurso do REM (Programa Global REDD Early Movers - REM), lá de capixaba, ali, perto do ramal da Alcoobras, que no dia que a gente chegou lá; para gravar, o cidadão estava tirando um lote de banana e tem um relato: estou tirando aqui dez mil reais, e eu vou pagar o ano da minha filha, que estuda Medicina na Bolívia, e era uma área degradada, que passou pelo PRA (Programa de Regularização Ambiental), então, assim, só com a banana, ele estava tirando lá, ele estava pagando um ano de faculdade da filha de medicina. Aquilo ele nem contava para o para a receita dele? Sim, resolveu uma situação, regularizou no CAR (Cadastro Ambiental Rural) e está lá extraindo. Mas é importante mesmo, acho que a gente pode deixar aqui um indicativo, Steina, na ata e a gente dispara isso para os setores verificarem como que a gente pode estruturar um relatório, uma pesquisa sobre isso. Eu sei que, no âmbito a gente executa dentro de alguns projetos, o ASL, O REM, então, assim existe algumas análises dessas, em relação a custos e tal, mas assim superficial, não tão profunda que subsidia um relatório mais estruturado.

Sebastião Santos da Silva (IBAMA): a UFAC já faz um trabalho com isso, e já faz alguns levantamentos dentro da RESEX Chico Mendes e que tem alguns dados de SAFs já bem avançados e talvez eles possam ajudar a fazer.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): acho que, nesse caso específico desse projeto transmissor, a parte da transmissora, eles também devem ter todos os cálculos dos gastos quando eles vão a campo e que eles fazem esse monitoramento.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): então, vamos prosseguir com esse indicativo e colocar na ata o encaminhamento: **realizar o levantamento dos resultados dos SAFs, se tem efetividade de retorno econômico, Quanto é que custa isso? Em média, quais os SAFs que seriam mais recomendados? Então, o que acontece, hoje com todo esse trabalho feito. Quanto é que produz? Qual o tempo de carência que eu preciso? Fazer a avaliação econômica, e uma avaliação da efetividade desses plantios quanto restauração ambiental, do Zoneamento Ecológico, saber se estão cumprindo essa função ou não.**

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): então as despesas que esse ano nós tivemos no Fundo, é de R\$ 515.430,53 (quinhentos e quinze mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e três centavos). Em resumo, o que nós temos na conta hoje e no nosso relatório, da prestação de contas, que vai ser repassado para vocês, será mais detalhado. Mas aqui o que temos hoje em conta sem as duas parcelas que foram depositadas no valor de R\$ 276.650,00 e outra no valor de R\$ 92.235,00, mas esses valores por enquanto, estão vinculados a essa questão do projeto. Aquela ideia do Judson vocês vão repensar, mas o valor total que vai em relação a esse projeto é R\$ 562.690,70 (quinhentos e sessenta e dois mil, seiscentos e noventa reais e setenta centavos). Então, não tem nenhum desses valores aí porque não foi contabilizado financeiramente. Então não dá para dizer que está em conta, mas já foram pagos dois, DAES (Documento de Arrecadação Estadual), com esses dois valores que eu citei. Então, lembrando que a gente ano passado aprovou, o valor da desoneração e reposição ambiental ficou uma parte que seria para uso do Viveiro da Floresta para custear mão de obra. E o restante poderia ser a apresentação de projetos tanto aqui dos conselheiros, das suas entidades representantes, dos seus órgãos e também da própria SEMA, tinha um resquício, por exemplo, do Rem, Fase II era para algumas despesas da Sema, com a questão da Educação Ambiental. E eu vou relatar aqui, por exemplo, desses R\$ 515.430,53 (quinhentos e quinze mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e três centavos), eu vou dizer que foi cumprido os pagamentos com o Viveiro, no valor de R\$ 475.084,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil e oitenta e quatro reais), até um pouquinho menor do que a gente tinha previsto.

E foi com o pagamento de Engenheiros, Arquiteto, Geólogos, da equipe de campo, o pessoal de nível médio, a questão da estrutura administrativa, não tem nenhum resto a pagar, ou seja, essa parte já foi quitada. Temos o uso dos recursos para contratação de licença anual do serviço de Videoconferência Empresarial e Web Conferência.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): inclusive estar aqui, tivemos algumas melhorias compramos o Sistema de videoconferência, a Internet aqui também foi melhorada, porque junto com o sistema de videomonitoramento, a gente tem uma Internet dedicada para SEMA, então acho que agora a gente melhorou um pouco as nossas reuniões.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): e com a anuência do Conselho, tivemos dois pagamentos para custear as atividades da Educação Ambiental, que foram dos resquícios de outros projetos que não existem mais, como o Bônus da Certificação, com a Doação da WWF, que esse dinheiro fica aplicado, vai rendendo uma coisinha, então esse foi um valor de R\$ 15.500,00 e outro de 22.896,00, mais ou menos R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil), que nós utilizamos na atividade de Educação Ambiental, e inclui banners, camisetas, deslocamento, combustível.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): só para complementar fala a Educação Ambiental, com a iniciativa chamada Gente Ambiental Mirim. E a gente com esse dinheiro comprou, material como medalha, porque isso foi muito usado principalmente durante a Expo Juruá e Expo Acre.

Jusdon Valentim (Embrapa): provamos isso ano passado.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): foi. E foi muito interessante na Expo Juruá e Expo Acre, foi atrativo nas feiras e o tanto de pessoas foram atendidas, de crianças e adolescentes. Isso teve um alcance muito interessante na Expo Acre e outras atividades também que foram levadas para o interior, teve um alcance significativo e esses trinta e oito mil ajudou bastante.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): teve os deslocamentos que, na verdade, uma coisa acabou expandindo para outras e as atividades foram muitas. Então, o que nós temos em conta que eu falei até o dia 30 que eles contabilizam, a SEFAZ é de R\$ 262.488,24 (duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos). Então, essa Alienação de Madeiras R\$ 28.643,37; Acordos Judiciais R\$ 6.362,41; o Bônus do Convênio WWF R\$ 1.255,33; o REM KfW I, e o REM KfW II R\$ 17.334,30 são resquícios que nós aprovamos ano passado, que a Sema utilizou para essas despesas, como foi da Educação Ambiental. A Desoneração do Passivo, R\$ 41.531,37, é que nós temos na conta hoje, e que ser apresentado para editais e para projetos. E a Reposição Florestal, que também sobrou R\$ 27.207,47. Então, Desoneração e Reposição, eles foram utilizados para fazer aqueles pagamentos do Viveiro.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): então, temos R\$ 68.738,84 que é a soma

Jusdon Valentim (Embrapa): o valor não vinculado R\$ 68.738,84, e a soma dos R\$ 262.488,24?

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): é a soma total da conta, mas desse total aí só 68.738,84 é o que não está vinculado, estipulado. Esse da compensação ambiental para quem está participando do Conselho agora, ou talvez não lembre, a Compensação Ambiental SNUC, no valor de R\$ 140.154,06, ele só pode ser usado na Apa São Francisco, que foi aquele caso da Alphaville que fez essa compensação ambiental, então só pode voltar de onde foi gerada a compensação, é uma taxa que eles pagaram. Então, para hoje, para editais: nós temos ali o residual da desoneração e reposição que corresponde aos R\$ 68.738,84. Já para o planejamento das despesas materiais, de serviços da Sema, para o exercício de 2026, nós temos R\$ 53.595,41 (cinquenta e três mil quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos), lembrando que esses recursos são aplicados desde 11 de setembro de 2008, por isso que sempre tem um pouco a mais, um rendimento a mais. É isso, agora tem a votação.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): depois da apresentação, acho que a gente abre os conselheiros se tem algum comentário adicional. Como não há manifestação vamos a votação: 1. IMAC/online: Ivo Péricles - aprovado; 2. SEAGRI: Josicley Azevedo - aprovado; 3. IMC/online: Leonardo Ferreira - aprovado; 4. ITERACRE/online: Cleyton Teles - aprovado; 5. SEICT: Joaquim Clécio - aprovado; 6. IBAMA: Sebastião da Silva - aprovado; 7. EMBRAPA: Judson Valentim - aprovado; 8. UFAC/online: Thiago Augusto da Cunha - aprovado; 9. AMAC/online: Flaviane Stedille - aprovado; 10. FETACRE/online: Antônio Sergioni - aprovado; 11. FIEAC/online: João Paulo de Assis Pereira - aprovado; 12. FAEAC/ Camilo Mendes - aprovado; 13. FECOMÉRCIO: Elvando Albuquerque Ramalho - aprovado; 14. S.O.S AMAZÔNIA/online: Miguel Scarcello - aprovado; 15. FUNAI/online: Tarik Argenti - aprovado. , online. Então declaramos aprovado por unanimidade a Prestação de Conta 2025, do Fundo Estadual de Meio Ambiente e Florestas - FEMAF. Como lembrado pela Coordenadora nós vamos encaminhar mais detalhadamente por e-mail para todos.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): seguindo com apresentação, o que é o Plano Anual de Investimento, é o que nós temos de recursos para gastar no ano de 2026, na verdade foram as sobras que temos R\$ 262.488,24 e no quadro resumo, o recurso vinculado que com o valor que é destinado só para a utilização de atividade dentro da APA São Francisco de R\$ 140.154,06. Hoje, a gente considera não vinculada a Desoneração R\$

41.531,37 e a Reposição Florestal R\$ 27.207,46, o que a gente tinha falado, que dava os sessenta e oito mil, que é para editais, para apresentação de projetos, e esses outros demais começam com a certificação e termina no Rem, conta dois, que dá um valor de R\$ 53.595,00 que fica para uso da SEMA, para apoio de outras atividades internas, como o caso foi da Educação Ambiental e tem outros. Então, o que nós temos para utilizarmos ano que vem, é esse valor de R\$ 262.488,24 (duzentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos). Obrigada. Então, o que eu queria pedir para os conselheiros, para os Secretários, os demais Diretores, para as pessoas que viajam, que vão para essas outras atividades internacionais nacionais, que vão nos ministérios, porque o Fundo está prontinho para rodar já foi utilizado como exemplo vários outros Estados, porque tem o CNPJ próprio, tem a prestação de contas, tem uma boa reputação no mercado, é confiável, então o Fundo pode receber recursos de doação de qualquer outra fonte.

Judson Valentim (Embrapa): mas, por exemplo, o Fundo pode receber de muitos lugares, você pode fazer uma doação e dizer, olha, eu quero que esse recurso seja doado ao Fundo, mas para destinar para uma atividade tal: produtor familiar ou em reservas, pode direcionar, não pode pagar salário.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): é porque, se vocês lembram, na reposição florestal, é o que a gente chama de recurso vinculado, na reposição florestal e na desoneração, vocês participaram da lei de compensação, na reposição que vinha da Lei Federal, da Supra, ele dizia assim que na época, só podia custear plantio de espécies nativas, mas lá estava nem explícito: não pode pagar diária, não pode isso, não pode aquilo.

Judson Valentim (EMBRAPA): ótimo. Isso era bom preparar essas opções, porque só aumenta a atratividade. Eu sou igual o cara lá nos Estados Unidos, aqui no Brasil, estão se tornando muito comum, o cara falou: não quero doar para Universidade, para pesquisa médica na área de câncer disso, e disso...

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): mas o Fundo está preparado para isso, inclusive no Regimento, está dizendo isso. Não sei se vocês lembram, mas o REM fase foi doação, ele disse assim: eu não quero o Fundo de Meio Ambiente, por exemplo, de outro órgão, seria do Fundo Florestal, na época. Já hoje fundiu o Fundo de Meio Ambiente e Floresta. Por quê? Porque tinha toda uma equipe, era uma equipe grande, não era só a gente (eu e senhor Romério), então ele está todo preparado para isso, para vincular, e desvincular, por exemplo: o Acordo Judicial é um recurso que é desvinculado, ele está dizendo mediante apresentação de projeto, quem doou está dizendo que ele pode ser utilizado mediante apresentação de projeto feito pela SEMA, assim como foi feito o projeto de segurança do Viveiro, nós não tínhamos essa contrapartida, então tem toda essa questão.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): o exemplo, foi essa parceria, essa atividade com a transmissora, na solução de atender essa necessidade, então, a gente está tentando dar um movimento.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): enfim, ele ficou bem travado um tempo fundo, porque, por dois motivos, esses recursos, que, por conta de mudança de regramento, ficaram travados, ninguém podia mexer, mas ficava rendendo. E aí nós tivemos que fazer algumas consultas, inclusive a PGE (Procuradoria Geral do Estado) foi muito parceira na época. E aí eles disseram: “olha, a gente não autoriza, mas a gente opina que o Conselho decida” e o Conselho deliberou para tirar essa vinculação, e permitir essa entrada de receita. Então, depois que foi autorizado, isso ainda ficou uns dois anos sem movimentação. Aí, depois que o Secretário entrou, tivemos essas pautas e foram aprovadas aqui também, e a gente está dando essa movimentação.

Antônia Barbosa (IPHAN): com sugestão, procurar o Ministério Público Estadual ele tem destinado, esses dias agora, eles destinaram a verba de multa do meio ambiente, destinaram a compra de imobiliário de um órgão judiciário. Eu acredito que o ideal seria já ter conta ambiental para o fundo. Mas aí é um acordo, como uma conversa que tem com o novo procurador.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): pelo menos percentual em doação.

Antônia Barbosa (IPHAN): porque se tem o fundo, acho que seria bom uma conversando com ele.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): é bom, vou fazer uma visita para o Dr. Oswaldo. Então a gente precisa também deliberar sobre o plano de investimento anual. A gente coloca para a deliberação dos conselheiros sobre a aprovação, porque é um conjunto de diretrizes do que é possível fazer de gasto. E eu acho que especificamente, aquele recurso não vinculado para projetos. Eu queria deixar também registrado, a gente precisa avançar, não sei se é o caso de a gente ter que fazer um edital, como que para poder colocar à disposição.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): no início nós tínhamos conversado a dar prioridade as entidades do Conselho, mas, por exemplo, tinha a proposta do Judson, do Miguel também, aí veio a ideia de fazer um edital, porque no caso, como recurso é pouco, mas nada impede que seja apresentados os projetos. Se vier um, não acho que tenha a necessidade de edital, primeiro, porque está pouco o valor da movimentação.

Elvando Albuquerque Ramalho (FECOMÉRCIO): eu acho que antes do que você falou, que o fundo está preparado para receber doações de várias fontes, acho que poderia destinar também um pouco desse recursos para uma divulgação do Fundo para um marketing, para poder todo mundo, não só os Conselheiros como as instituições conhecem, o que pode ser feito, então acho que seria interessante.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): isso mesmo, concordo.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): é vamos pensar.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): acho levar um portfólio quando for nessas reuniões.

Judson Valentim (Embrapa): eu acho que a seleção que a gente fez talvez era, em vez de a gente abrir um edital para receber um monte de coisa a gente fazer uma indução, por exemplo, se o Conselho acha que isso, que a gente sugeriu de avaliar o Estado que tem um passivo grande, gerar essa informação, não tem informação, gerar uma informação qualificada. Aí a gente pode escrever direitinho o que a gente quer. A gente encomenda, a Secretária - Sema, como Secretaria Executiva de que sonde a Ufac, Ifac e Embrapa se querem em conjunto, elaborar uma proposta para poder atender a esse objetivo. A gente faz uma indução, porque se não nós abrimos o edital, vai receber projetos e aí somos obrigados ao seguinte: vai que nenhum dos projetos é o mais, interessante e qualificado para nós e no final das contas vamos ter que decidir, então, se a gente tem aqui uma definição igual o ano passado que foi importante para o Viveiro, Educação Ambiental. Eu e o Sebastião nos colocamos essa ideia, mas talvez vocês queiram abrir e ver outras prioridades, e trazer talvez uma reunião no início do ano e tomar uma decisão.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): é o que a gente falou, o recurso é tão pouco, que talvez as instituições do conselho podem propor e ver qual o mais relevante.

Judson Valentim (EMBRAPA): em vez das instituições, procurem projetos individuais. Eu acho assim, o que a gente acha que é importante? Que a gente precisa de informação, ou precisa de alguma coisa que nós não temos? Porque isso é um recurso que está aqui, talvez para a gente tem tantos problemas de falta de informação, quer fazer isso e tal. Tem um recurso aqui, senão a gente vai acontecer a mesma coisa. Cada um vai vir com um projetinho aqui, debaixo do braço de seu interesse

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): eu acho que tem entidades, que nem faz projeto com menos de cem mil.

Judson Valentim (EMBRAPA): se a gente desenhar um negócio legal, porque o mais caro, como o Sebastião e eu propusemos, já existe, que é o salário, por exemplo: existe o salário do prestador da Embrapa, o salário do professor da Ufac, do professor do Ifac, da economia e tal. Isso já tem, talvez o que vão precisar é logística, deslocamento, pagar umas bolsas para estudante fazer o trabalho mais braçal, entendeu, você vai estar contribuindo para o estudante, está gerando informação relevante e está gastando pouco dinheiro. Porque se precisar de carro provavelmente as pessoas já têm, precisa de gasolina, talvez alguma coisa para pagar uma hospedagem, ou alimentação e tal. E precisa do estudante para aumentar a capacidade de coletar informação.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): certo, vamos deliberar. Acho que a gente sai com essa diretriz de que era importante os membros pensarem a gente também hoje, não definir isso, ninguém veio com esse pensamento de definir. e a gente coloca para a deliberação o plano. E logo na primeira reunião, do ano, a gente vai apresentar aqui o cronograma na sequência, da segunda a pauta, ou numa extraordinária se a gente achar que vai ficar muito longe, a gente vem delibera sobre as propostas. Acho que deu certo esse ano a questão da Educação Ambiental. Vou pedir para a Educação Ambiental também, assim a minha ideia, que, como um dinheiro, não é tão grande para uma atividade, mas para a Educação Ambiental, para o material, para essas atividades, que a gente fez e deu um resultado, um impacto interessante, então eu defenderia mais recursos para a Educação Ambiental. Também é importante dizer esse ano, a gente reestruturou a COMEA (Comissão Estadual de Educação Ambiental) a foi reestruturada por decreto (Decreto nº 11.753/2025, de 11 de setembro de 2025), tem algumas coisas que a gente quer fazer no ano que vem. Talvez também possa ser interessante a gente promover uma reunião da Rede de Governança, talvez usar o recurso porque, com os municípios, e o Conselho podia estar junto também para poder. A gente recebe muita demanda dos municípios, de falar das políticas ambientais, fazer um encontro com as Secretarias Municipais. Isso tem custo. Então, assim tem algumas ideias que a gente pode utilizar esse recurso. Se todo mundo concordar assim, a gente delibera esse ponto do gasto de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil) dos projetos que a gente acha relevante, no ano que vem, na primeira reunião. Então eu vou passar para a gente poder acelerar para a segunda pauta. Coloco para a aprovação o Plano Anual de Investimentos: 1. SEAGRI/ Josicley Azevedo – aprovado; 2. FECOMÉRCIO/Elvando Ramalho – aprovado; 3. EMBRAPA/Judson Valentim – aprovado; 4. FAEAC/Camilo Mendes – aprovado; 5. SEICT/Joaquim Clécio – aprovado; 6. IBAMA/Sebastião Silva – aprovado; 7. IMAC/Ivo Péricles/online – aprovado; 8. ITERACRE/Cleyton Teles/online – aprovado; 9. FETACRE/Antônio Sergioni Freitas/online – aprovado; 10. AMAC/Flaviane Stedille/online – aprovado; 11. IMC/Leonardo Ferreira/online - aprovado; 12. UFAC/Thiago Augusto/online - aprovado; 13. FIEAC/João Paulo/online - aprovado; 14.S.O.S AMAZÔNIA/Miguel Scarcello/online - aprovado; 15.FUNAI/ Tarik Argenti/ online - aprovado. Então, por unanimidade, aprovamos o Plano Anual de Investimentos 2026.

Deisy Mara Martins da Cruz (Coordenadora do FEMAF): muito obrigada pela contribuição, espero que ano que vem nós tenhamos ainda trabalhos mais produtivo e mais recursos para utilizarmos. Boas festas.

4.1. Submissão e votação da Pauta I:

Prestação de Contas do Fundo Estadual de Meio Ambiente e Florestas - FEMAF, Exercício 2025. Aprovado por unanimidade.

Plano Anual de Investimento – PAI, para 2026. Aprovado por unanimidade.

4.2. Encaminhamentos da Pauta I:

Aprovação da Contas 2025, do Fundo Estadual de Meio Ambiente e Florestas - FEMAF e do Plano Anual de Investimentos (PAI) para 2026.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): então, para dar continuidade seguimos:

Apresentação da Pauta II: Pauta II Processo nº 0820.009796.00041/2025-00. Calendário de Reuniões do CEMAF, ano 2026.

Leonardo das Neves Carvalho/Presidente do CEMAF: considerando o Regimento Interno do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta – CEMAF, nos termos do art. 19. *“O Plenário realizará reuniões ordinárias, com cronograma previamente estabelecido, e reuniões extraordinárias, a qualquer momento, por convocação da Presidência do Conselho ou quando solicitado por maioria simples dos membros do CEMAF. Parágrafo único: Será elaborado pela Secretaria Executiva, anualmente, o calendário de reuniões do Plenário com indicativos de pautas a serem tratadas. O calendário deverá ser submetido à apreciação e aprovação do Plenário. Art. 26. O Plenário do CEMAF reunir-se-á em caráter ordinário, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação escrita de um terço dos membros, comunicados oficialmente todos os conselheiros”.*

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): isso aqui é uma demanda regimental. Toda a última reunião do ano, a gente aprova o calendário de reuniões do ano que vem. E como vocês devem ter visto foi para o e mail uma proposta em que nós faremos três reuniões ordinárias, pelo Regimento Interno nós temos essa obrigação trimestralmente, então a proposta é que a gente tenha: no dia 07 de abril, na terça feira, a primeira reunião ordinária; no dia 12 de agosto, uma quarta feira, nós temos a segunda reunião ordinária e no dia 08 de dezembro, terça feira, a terceira reunião ordinária. Então gostaria de ouvir vocês, se a proposta atende. Sei, parece assim, a primeira em abril parece um pouco longe, mas a gente, enfim, define conforme o entendimento de todos. Esse ano a gente começou em que mês?

Steina Ribeiro Cascais (Secretária Executiva do CEMAF): esse ano iniciamos em fevereiro, com uma reunião extraordinária. Por que que eu joguei essas datas assim? Porque a gente não está ainda com pautas definidas, estamos guardando esses trabalhos dentro das Câmaras Técnicas e Grupo de Trabalho para que tenhamos um pré agendamento de pautas, então, em decorrência disso, indiquei a data para o mês de abril, de acordo com os trabalhos que vão ser entregues vem a possibilidade das aberturas de pautas.

Leonardo Carvalho (Presidente do CEMAF): é, porque janeiro, é aquela história, estão todo mundo de férias, fevereiro vem o Carnaval, a Safira (Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil) está fechado. As atividades seguem depois do Carnaval. E aí a gente tem fevereiro e março para trabalhar efetivamente nessas reuniões das Câmaras Temáticas. Acho que no começo de abril, dia 07, na primeira ou segunda semana, eu não vejo problema, E também se tiver alguma pauta urgente a gente chamar uma extraordinária para deliberar. Eu acho que é razoável, se todos estiverem de acordo, a gente delibera também sobre esse calendário, sem prejuízo, obviamente, do Conselho, também em determinado momento, alterar essa previsão, das reuniões. A gente aprova o calendário, mas é mais para a gente já ter todo mundo ciente. E se tiver alguma alteração cair alguma data sujeita a alteração, a gente antecipadamente comunica aos Conselheiros sobre a convocação da reunião. Bom, então para seguindo da pauta, eu coloco em votação. Se não houver nenhum tipo de manifestação, a gente coloca para deliberação sobre o calendário. Então está aberto. Por favor. 1. SEAGRI/ Josicley Azevedo – provado; 2. FECOMÉRCIO/Elvando Ramalho – aprovado; 3. EMBRAPA/Judson Valentim – aprovado; 4. FAEAC/Camilo Mendes – aprovado; 5. SEICT/Joaquim Clécio – aprovado; 6. IBAMA/Sebastião Silva – aprovado; 7. IMAC/Ivo Péricles/online – aprovado; 8. ITERACRE/Cleyton Teles/online – aprovado; 9. FETACRE/Antônio Sergioni Freitas/online – aprovado; 10. AMAC/Flaviane Stedille/online – aprovado; 11. IMC/Leonardo Ferreira/online - aprovado; 12. UFAC/Thiago Augusto/online - aprovado; 13. FIEAC/João Paulo/online - aprovado; 14.S.O.S AMAZÔNIA/Miguel Scarcello/online - aprovado; 15.FUNAI/ Tarik Argenti/ online. Por unanimidade, aprovamos o Calendário de Reuniões de 2026. Nesse momento encerrou a pauta da Reunião Ordinária.

5.1. Submissão e votação da Pauta II:

Propostas de reuniões em caráter ordinário, trimestralmente: dia 07 de abril (terça-feira) - 1ª Reunião Ordinária; dia 12 de agosto (quarta-feira) - 2ª Reunião Ordinária; e dia 08 de Dezembro - 3ª Reunião Ordinária.

Aprovado por unanimidade a propositura para as Reuniões do CEMAF/2026.

5.2 Encaminhamentos da Pauta II:

Encaminhar aos Conselheiros o Calendário de reuniões 2026;

Informar aos Conselheiros das reuniões de Câmaras Técnicas e pautas;

Publicar no site da SEMA o Calendário de Reuniões do CEMAF, ano 2026.

6. Encerramento

Às 10h30min



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DAS NEVES CARVALHO, Secretário(a) de Estado**, em 04/03/2026, às 13:49, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0018684487** e o código CRC **F3FE8DEC**.